



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: camara@lancernet.com.br

Site: www.embras.com/cmpirassununga/

APROVADO

Providencie-se a respeito

REQUERIMENTO

Nº 110/2002

MOÇÃO DE APOIO

Sala das Sessões, 07 de 05 de 02


PRESIDENTE

Senhora Presidente,
Nobres Pares,

Tem o presente, a finalidade de hipotecar irrestrito apoio às reivindicações dos professores, constantes da pauta em anexo.


Sabe-se que de há muito a laboriosa classe vem sofrendo uma massificante política de arrojo salarial imposta pelos sucessivos governadores do Estado, que em seus planos de trabalho antes das eleições propagam em campanhas políticas que a educação é uma das metas de seu governo, todavia, depois de eleitos, esquecem dos compromissos assumidos.

Os professores, em que pesem as adversidades que suportam, principalmente quanto aos insignificantes salários que recebem, jamais se esmoreceram no seu mister de ensinar.

Portanto, acho justas as reivindicações que estão a fazer os Professores Paulistas e por tal razão, é que apresento esse requerimento de **MOÇÃO DE APOIO**, a qual espero que os nobres pares também a encampem.

Diante dessas considerações, requiro à Mesa, pelos meios regimentais, seja consignado nos anais dos trabalhos da presente sessão, **MOÇÃO DE APOIO** as reivindicações dos Professores Paulistas, constantes da relação anexa, devendo, após aprovação, serem encaminhadas cópias aos representantes da APEOESP de Pirassununga e São Paulo, para que tomem conhecimento da presente deliberação.

Sala das Sessões, 07 de Maio de 2002.


Roberto Bruno
Vereador


VACACIONAR
B. Alessi
Marangan
Nilson Araújo

Veja alguns pontos da pauta de reivindicações dos professores

Profissionais/salários

- incorporação imediata das gratificações, com extensão aos aposentados;
- extensão dos bônus mérito e gestão aos aposentados;
- aumento salarial já: piso de cinco salários mínimos para PEB I – jornada de 24 horas semanais de trabalho – (R\$ 1.000,00), na perspectiva do piso do DIEESE (R\$ 1.091,66);
- por uma política salarial única para todos os integrantes do magistério, da ativa e aposentados;
- concurso público para todos os professores e de todas as disciplinas, em todos os níveis; Concurso público imediato para PEB I e PEB II, sem discriminação de disciplinas;
- readmissão dos professores demitidos;
- jornada de trabalho semanal composta de 40 horas aulas semanais, sendo 20 horas em sala de aula, 10 horas de local de livre escolha e 10 horas em trabalho pedagógico coletivo
- cursos de formação superior para os PEB I, da ativa e aposentados, oferecidos pelo Estado;
- imediata implementação da Regulamentação da Avaliação Funcional pela via não acadêmica para progressão na carreira, conforme estudos da Comissão prevista na Lei Complementar nº 836/97;
- reconhecimento, pela S.E., da equivalência entre os cursos autorizados pela Resolução 02/97 do CNE e os de licenciatura plena chamada regular;
- ampliação do atendimento do IAMSPE em todas as regiões do Estado;
- manutenção do Adicional de Local de Exercício e sua extensão a todos os pro-

fessores que trabalham em escolas localizadas em locais de difícil acesso;- vale-retenção de R\$ 15,00 para todos os profissionais da Educação, sem discriminação de teto salarial; aumento do limite de Ufesp (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), cujo valor atual é de R\$ 9,83 e pagamento em espécie.

Atribuição de aulas

- atribuição de aulas centralizada nas DREs;
- que a continuidade da atribuição de aulas/2002 seja feita nas DREs.

Educacionais

- retorno da grade curricular de 97 com seis aulas para o diurno e cinco para o noturno;
- fim das tele-salas;
- organização de tempo escolar com seis aulas no diurno e cinco no noturno;
- 35 alunos no máximo por sala de aula, na perspectiva de um número máximo de 25 alunos no ensino fundamental e ensino médio;
- pelo fim do processo de municipalização do ensino, com revisão das municipalizações já efetuadas;
- pelo fim da "aprovação automática" mais segurança nas escolas;
- por um perfil de Ensino Médio que atenda aos interesses dos filhos da classe trabalhadora;
- reabertura de todas as escolas fechadas;
- reabertura dos períodos ociosos;
- implementação da Convenção da ONU sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino;
- inclusão das questões de gênero no

currículo e nos projetos educacionais das unidades escolares;- eleição direta dos diretores de escola – ressalvados os casos de diretores já concursados – e professores coordenadores pedagógicos;
- pela retirada dos estereótipos sexistas e raciais presentes nos livros didáticos;
- pelo fim dos manuais escolares que apresentem conteúdos discriminatórios contra as mulheres;
- que o tema orientação sexual seja tratado dentro do currículo com uma ampla visão sobre a diversidade da sexualidade humana;
- pela implementação de Políticas Educacionais Inclusivas para atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais nas escolas públicas;
- adequação dos materiais pedagógicos para o atendimento às portadoras e aos portadores de necessidades especiais;
- que o Estado promova cursos de capacitação para os educadoras e os educadores trabalharem com as crianças portadoras de necessidades especiais;
- que a S.E realize de cursos de formação e atualização relacionados ao meio-ambiente;
- melhores condições de trabalho para os professores e de ensino aprendizagem para os alunos;
- efetiva autonomia político-pedagógica e administrativa às escolas na elaboração e execução de seus projetos.

Pendências da greve de 2000

- Retirada das folhas da greve do magistério público e das paralisações (sete e 28/04), do ano 2000, do prontuário.